Parque da Cidade vira polêmica

Antes de ir à votação, projeto que prevê a criação de conselho para administrar a área de lazer recebeu emenda modificativa

Emenda, aprovada por unanimidade, impede a cobrança de ingressos para a entrada da população no local

Felipe Barra

UM dos autores do projeto, o deputado Benício Tavares compareceu, de maca, à votação

Uma rápida reunião de bastidores na Câmara Legislativa conseguiu debelar, ontem, o princípio de tumulto causado pela entrada na pauta de votação do projeto de autoria dos deputados Lúcia Carvalho (PT) e Benício Tavares (PMDB), prevendo a criação de um conselho para gerir o Parque da Cidade Sarah Kubitschek. A proposta foi taxada pelo administrador de Brasília, Antônio Carlos Andrade, como "um artifício" para a privatização do parque.

Antes mesmo da votação em primeiro turno chegar a plenário, os representantes dos partidos se reuniram e decidiram propor uma emenda modificativa, aprovada por unanimidade, impedindo a cobrança de ingressos, a qualquer título ou forma, para a entrada no parque.

De acordo com o líder do PMDB na Câmara, deputado Tadeu Filippelli, a intenção de se propor uma modificação no texto do projeto de lei foi, a princípio, de seu partido, logo encampada por todos os outros. Paulo Castro, assessor parlamentar de um dos autores do projeto – o deputado Benício Tavares que, apesar de adoentado, compareceu à votação –, explicou que embora a intenção inicial não tivesse qualquer sentido de privatização, decidiu-se cortar o mal pela raiz, com a proposta modificativa.

Pelo texto original, era dito no artigo 2°, inciso II e alínea "a" que a execução do Prolazer seria custeada pela receita proveniente de preços e outras formas de retribuição cobradas ao público usuário ou consumidor de bens e serviços providos nas dependências do parque. Todo o texto anterior foi mantido e acrescido e emendado com uma nova redação, vedando a cobrança de ingressos, a qualquer título ou forma, da população.

Polêmica

Pelo texto do projeto de lei, motivo da polêmica entre membros do Legislativo e do Executivo, era proposta a criação do Programa de Desenvolvimento de Atividades de Lazer do Parque da Cidade. O administrador de Brasília, Antônio Carlos Andrade, no entanto, foi taxativo ao acusar a proposição de "investida dos que querem privatizar o parque". Segundo ele, que alegou ainda não ter sido convidado a participar de qualquer reunião sobre o assunto, sua posição seria a de levar ao governador Cristovam Buarque todos os problemas que poderiam surgir com a aprovação do projeto e solicitar-lhe o veto.

Diante da suspeita do administrador, os assessores dos distritais explicaram que a intenção da proposição era tão somente criar mecanismos legais para que o dinheiro arrecadado hoje dentro do Parque Sarah Kubitschek fosse revertido em benefício do próprio parque. "Estamos, na verdade, criando mecanismos para ajudar a administração", garantiu o assessor da deputada Lúcia Carvalho. As explicações não convenceram e o projeto de lei teve de ser modificado.

SUELENE TELES
Repórter do Jornal de Brasília